



“- E EU, PROFESSOR?!”:

O ensino remoto de história e o cenário de inclusão deficitária em áreas rurais e periféricas do Estado do Pará.

Catarina da Silva Moreira¹

01. O ensino remoto e a inclusão deficitária.

Para identificar desafios quanto ao ensino de história no contexto da pandemia do novo coronavírus, analisou-se cenários de inclusão deficitária que envolvem a educação pública em áreas rurais e periféricas no interior do Estado do Pará. Para este fim, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa em campo digital (DESLANDES; COUTINHO, 2020), por meio da qual buscou-se dados interpretativos para significar experiências de ensino de história desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Pádua Costa, em Santa Bárbara do Pará, na segunda metade de 2020 e no primeiro bimestre de 2021. Os dados obtidos foram analisados seguindo referências teóricas voltadas para o ensino de história. Os resultados apontaram para a necessidade de sensibilidade e participação efetiva da sociedade em geral, e do Estado na construção de políticas educacionais que atendam principalmente as necessidades das populações rurais e periféricas, a fim de oferecer um ensino de história efetivamente cidadão e democrático. A pesquisa configurou-se em de(s)colonial² ao considerar a importância da participação de professores, pais e alunos da Educação Básica, como parceiros nesse processo de compreensão da realidade em estudo.

No mês de março de 2020, a dinâmica escolar em todo o Brasil precisou ser modificada, estudantes e professores não puderam mais comparecer ao espaço escolar, como medida de segurança para prevenção de contágio pelo novo coronavírus. Assim,

¹ Mestre em Ensino de História (UFPA). Professora de História do Ensino Médio (SEDUC-Pa). E-mail: Catahistoria@outlook.com

² Segundo Rogério Haesbaert (2021, p.10), *a de(s)colonialidade, muito mais que resultado de uma exigência acadêmica, um novo paradigma ou “corpo teórico”, é uma demanda da vida de pessoas/grupos reais que nos convocam como parceiros em busca não apenas de respostas, mas também de ações concretas que (n)os auxiliem na construção de um outro mundo –ou na abertura de horizontes para outros mundos possíveis–.*



diante dessa realidade, o ambiente doméstico se tornou espaço de trabalho para os professores, o lugar em que estes dedicam uma grande parte de seu tempo na elaboração de materiais didáticos para uso a distância. Da mesma forma, estudantes e pais estão dividindo tempo entre as tarefas domésticas e as atividades escolares, além de outras situações desencadeadas pelo contexto da pandemia, que vai desde a perda do emprego, poder de consumo, entes queridos, entre outros. Ao atender de forma remota estudantes da Escola Dr. Pádua Costa, rede pública do Estado do Pará, estes informaram que na comunidade em que moram, acompanharam as aulas remotas com uso do celular, porém, são muitas as dificuldades para compreensão dos conteúdos. Segundo um dos estudantes, “neste tempo de pandemia, está complicado para todos, mas aqueles que não dispõem de equipamentos digitais e *internet* adequados, a situação se torna mais agravante”, pois, segundo ele, a baixa conexão e qualidade dos equipamentos usados, comprometem as leituras e a compreensão dos conteúdos, além de dificultar *download* dos textos e vídeos.

Ao levar o processo de ensino para o contexto doméstico, descortinaram-se as formas de desigualdades presentes nos ambientes escolares, principalmente em áreas rurais e periféricas do Brasil. Nas áreas distantes dos centros urbanos da Região Norte³ do Brasil, em que as águas dos rios que banham essa região, em determinados espaços são escuras e profundas, sendo pouco possível a visibilidade do que se encontra debaixo delas, além disso, suas margens são cheias de resíduos florestais e lama, que surgem e desaparecem de acordo com as enchentes e vazantes. Nesses locais, o acesso à parte seca e habitável é feita por meio de trapiches improvisados, para os quais se usam os troncos de madeira. Mas são nesses locais que muitos de nossos estudantes residem com suas famílias, usam de seus conhecimentos e estratégias para obter o sustento da vida por meio da agricultura, pesca, entre outras tantas atividades para as quais desenvolvem saberes de importância extrema. Esses estudantes enfrentam as dificuldades diárias impostas pelo meio ambiente e pelas deficiências no acesso às políticas públicas que atendam suas

³ Importante destacar que o Norte do Brasil apresenta variedade nas suas formas de ocupação e uso dos espaços. E para este artigo, destaco as condições de acesso à educação pelos estudantes residentes de áreas distantes dos centros urbanos, mas que mantém relações socioculturais diversa com estes, ou seja, estes estudantes residem em comunidades que atendem ao conceito de cidades-florestas (PACHECO, 2010) ou cidades na floresta (CASTRO, 2009).



necessidades básicas, em especial à educação. E neste contexto de pandemia, a situação se agravou, segundo dados a seguir.

As nossas últimas aulas presenciais na Escola Dr. Pádua Costa aconteceram em fevereiro de 2020. Estávamos iniciando o ano letivo apresentando as expectativas para desenvolvimento de nossos projetos escolares, os estudantes estavam expondo seus anseios quanto a formação acadêmica, em especial os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio, que estavam na preparação para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio, na expectativa pela oportunidade de acesso ao Ensino Superior. Apesar da credibilidade no ensino público para cooperar com os projetos de vida desses estudantes, destaco que a estrutura física da escola se encontrava em condições precárias, com constantes falhas no fornecimento da energia elétrica, o que dificultava o uso do condicionador de ar e dos ventiladores. Em determinados momentos, as aulas estavam acontecendo fora de sala, nos corredores, onde se podia desfrutar de ar natural, trazido pela brisa da tarde e pelo balanço de algumas árvores próximas. Embora os problemas nada românticos ligados à estrutura física da escola, os quais são constantes em muitas escolas da rede pública no Brasil (SCHNEIDER *et al*, 2020), nós, professores de história, que atuamos na educação pública, compreendemos a importância de mantermos nossos objetivos educacionais voltados para cooperar com o sonho desses estudantes de um dia conseguirem melhorar suas condições de vida.

Por meio de questionários de sondagens aplicados aos alunos no início do ano letivo de 2020, foi possível perceber parte das dificuldades enfrentadas por esses alunos para obterem acesso à educação. Nos relatos, observamos que muitos deles levantam pela madrugada e remam até a saída do igarapé, porque as águas baixaram, e a lancha escolar os aguardaria no trapiche. Outros alunos afirmaram precisar caminhar até o ramal mais próximo para esperar o ônibus escolar. Enfim, eles chegam, de perto ou longe da escola, com seus materiais escolares em mãos em busca de sonhos diversos.

Como já foi mencionado, no início do ano letivo de 2020, o afastamento dos alunos e professores da rotina escolar foi uma medida importante e necessária para evitar o aumento do contágio pelo novo coronavírus. Em cumprimento das recomendações do



Conselho Nacional de Saúde (CNS)⁴, e priorizando a saúde de estudantes e funcionários, as escolas do Estado do Pará aderiram à suspensão de suas atividades presenciais, promovendo distanciamento social entre seu público escolar, a fim de evitar aglomerações. Dessa forma, a escola buscou formas de se reinventar nos espaços doméstico, no chamado ensino remoto.

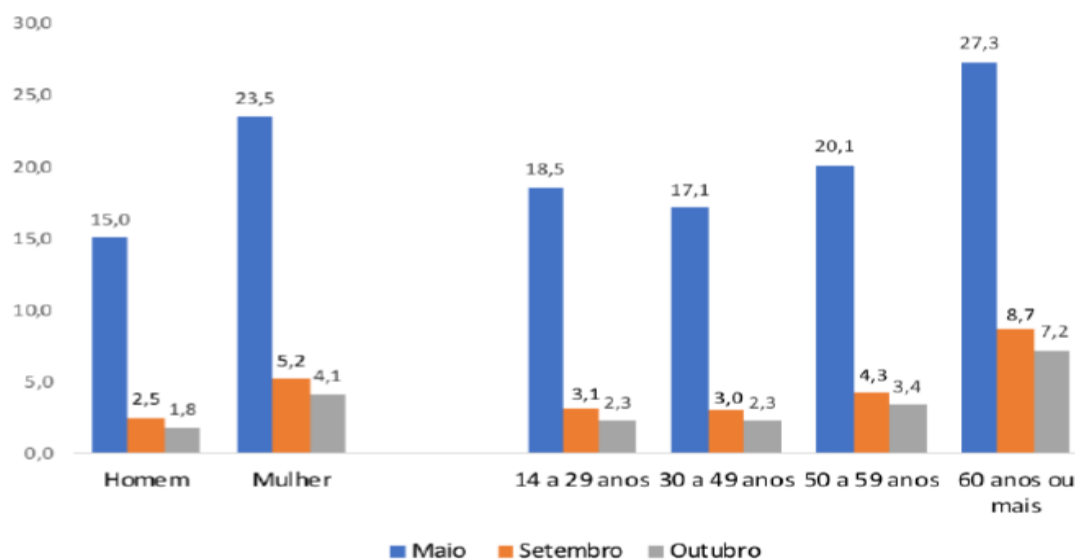
Ao levar o processo de ensino para dentro das casas dos alunos, ficou impossível invisibilizar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias dos estudantes e as formas de desigualdades de acesso ao conhecimento escolar nas áreas rurais e periféricas. As pesquisas realizadas no campo digital destacaram como o desemprego, as dificuldades financeiras, as dificuldades quanto ao acesso aos recursos digitais, bem como às redes de internet, comprometem o ensino remoto, distanciando muitos estudantes do seu direito à educação, desafio que transcende a atividade docente.

⁴ Em muitas capitais e interiores do Brasil, essa medida se estendeu ao longo do ano letivo de 2020, por recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), conforme a Recomendação N° 61 de Setembro de 2020, que *recomenda que a retomada das aulas presenciais só ocorra depois que a pandemia estiver epidemiologicamente controlada e mediante a articulação de um plano nacional que envolva gestores e a sociedade civil.* (BRASIL, 2020)



GRÁFICO 1: Mostra de domicílio sobre pessoas afastadas do trabalho.

Gráfico 2 - Percentual de pessoas ocupadas que estavam temporariamente afastadas do trabalho que tinham na semana de referência no total de pessoas ocupadas, por sexo e grupos de idade – Brasil – maio-outubro de 2020



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 maio-outubro/2020.

Conforme os dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), os impactos da pandemia sobre a vida econômica dos brasileiros foram ampliados⁵. Os dados mostram uma acirrada queda no percentual de pessoas exercendo algum tipo de ocupação remunerada, e essa situação se revela atingindo homens e mulheres em diferentes idades. Ao traçar um olhar para além dos dados numéricos, podemos perceber que muitos pais e mães de alunos estão com dificuldades financeiras para garantir o ensino de suas crianças e adolescente em suas casas. “Aqui na comunidade enfrentamos várias dificuldades na pandemia, com o afastamento do trabalho, estamos tendo que se virar de outra forma para colocar alimento na mesa”, o trecho do relato da aluna residente de uma comunidade rural, enfatiza a realidade destacada no gráfico.

Ainda de acordo com o IBGE (2020), e o depoimento da aluna citado no parágrafo anterior, as dificuldades de ordem financeira foram acirradas pelo contexto da pandemia, o que significa que os estudantes de camadas mais pobres, encontram-se

⁵ As pesquisas revelaram que entre maio e outubro, ocorreu aumento no número de pessoas que tiveram redução de seus rendimentos familiares, devido ao afastamento do trabalho, essa situação social e econômica das famílias irá repercutir sobre o acesso ao ensino remoto.



impossibilitados em prosseguir com os estudos⁶, devido a precariedade da situação financeira. Segundo o IBGE (2020), essa situação ficou ainda mais acirrada na Região Norte do país:

Foi verificado que entre os ocupados que estavam afastados do trabalho que tinham na semana de referência no Brasil (4,7 milhões), aproximadamente 900 mil pessoas estavam sem a remuneração do trabalho, este total representava 19,2% do total de pessoas afastadas do trabalho que tinham, em setembro este percentual era de 19,8%, mas vem caindo consistentemente ao longo da pandemia. A Região Sul teve o menor percentual, 16,3% e a Região Norte, o maior percentual, 26,8%. (IBGE, 2020)

Mais uma vez analisando esses resultados para além dos números, verifica-se que na Região Norte ocorre maior percentual de pessoas afastadas do trabalho e sem remuneração. Os dados sugerem que os estudantes dessa região estão com grande impacto sobre seu processo educacional, devido aos diversos fatores desencadeados pelas dificuldades financeiras. Considerando que sem remuneração adequada, além das dificuldades de garantir o suprimento das necessidades básicas, como alimentação e cuidados com a saúde (principalmente neste contexto da pandemia), ainda é difícil para essas famílias adquirir recursos digitais (computadores e celulares), e *internet*, os quais estão sendo necessários para acompanhamento das aulas remotas. Esses fatores ampliam as desigualdades de acesso à educação neste contexto de pandemia, pois de acordo com Anna Carolina Venturini *et al* (2020):

Além das desigualdades de raça e classe, a compreensão das desigualdades educacionais, em especial neste contexto de pandemia, envolve alguns aspectos importantes: as diferentes condições das escolas públicas e privadas, as expressivas desigualdades regionais, assim como a estrutura domiciliar e de acesso a equipamentos que viabilizem o ensino remoto. (VENTURINI *et al.*, 2020, p.3).

⁶ As diversas dificuldades decorrentes da situação de desemprego, enfrentadas pelas famílias dos alunos, interferem diretamente sobre os resultados de aprendizagens dos mesmos, conforme estudos de pesquisadores como Adriana Dickel (1998), **Wilma Coelho e Mauro Coelho (2016)**.



As observações de Venturini *et al* (2020) reforçam a compreensão da realidade em que se encontra a educação pública nestes tempos de pandemia. As dificuldades são múltiplas para os estudantes das escolas públicas no Estado do Pará, assim como em outros estados do Brasil. Na região Norte do Brasil, os estudantes convivem com as dificuldades de acesso à internet de qualidade, além de aquisição de equipamentos tecnológicos adequados para garantirem a participação nas aulas remotas. Desta forma, esses estudantes ficam em desvantagem no processo de formação escolar, pois se encontram limitados aos momentos de leituras nos livros didáticos, e resoluções de exercícios, sem contato adequado com os professores para obterem as orientações. O gráfico abaixo informa sobre essa realidade:

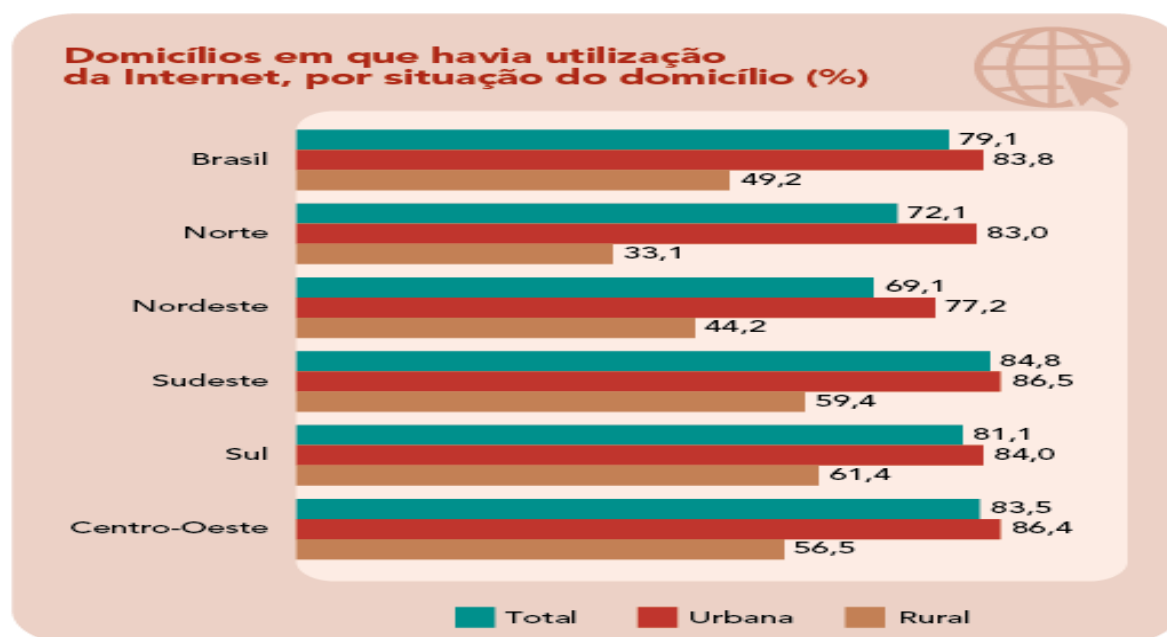


GRÁFICO 2: Mostra de domicílio sobre uso da internet.

Os dados no gráfico 2 mostram que as Regiões Nordeste e Norte apresentam menor percentual de acesso à internet que as demais regiões do Brasil, com respectivamente, 69,1% e 72,1%. E as áreas rurais dessas regiões são as que tem menores percentuais de acesso em relação aos seus centros urbanos, sendo que as áreas rurais da Região Norte estão apresentando menor percentual, com 33,1%. Como estou fazendo ao longo deste artigo, mais uma vez convido para olharmos os dados para além dos números e das linhas geométricas traçadas, dessa forma, conseguimos visualizar de maneira mais



realista, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes das áreas rurais e periféricas do Brasil, mas especialmente da Região Norte.

Ainda sobre a questão do acesso à *internet*, dados de pesquisas realizadas em 2019 pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br) foram divulgados por Jonas Valente (2020) no início de 2020. De acordo com os resultados da pesquisa, 74% dos brasileiros obtiveram acesso à *internet* nos últimos três meses de 2019. Porém, segundo pesquisadores, os índices indicam variação de uso entre os brasileiros, e, mais uma vez se verifica as desvantagens das populações de áreas rurais no que diz respeito ao uso da *internet*:

Mas os dados da pesquisa evidenciam diferenças entre os brasileiros. O índice varia entre as pessoas nas áreas urbana (77%) e rural (53%). Foi a primeira vez que a conectividade no campo ultrapassou a metade dos residentes nesses locais. (...) No recorte por renda, o nível de acesso foi de 61% entre os que ganham menos de um salário mínimo, 86% entre os que recebem de três a cinco salários mínimos e 94% entre os usuários com remuneração acima de 10 salários mínimos. (VALENTE, 2020)

A partir desses dados citados acima, verificamos que em 2019 as populações residentes das áreas rurais permanecem em profundas desvantagens para acesso aos recursos digitais. Sendo que as famílias que vivem com menos de um salário, pouco mais da metade delas consegue acessar internet, sendo 53%. Já as famílias que vivem com renda entre cinco e dez salários, o acesso à internet fica entre 86% e 94%. Dessa forma, as pessoas que residem em áreas rurais e com baixos salários encontram-se em desvantagens para acesso à *internet* e, conseqüentemente ao ensino remoto, como fora enfatizado anteriormente.

Os dados anteriores podem ser comparados com os estudos do Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2020), segundo o referido estudo:

Profundas desigualdades regionais e socioeconômicas que marcam a sociedade brasileira também se reproduzem no ambiente on-line, com menor proporção de



uso da Internet em áreas rurais, entre indivíduos com menor renda e escolaridade, bem como entre os mais velhos. Além disso, há também desigualdades no acesso à Internet de qualidade nos domicílios e nos tipos de dispositivo utilizados para acesso à rede – para a maioria dos brasileiros, o único dispositivo conectado é o telefone celular. (CETIC, 2020, p. 8).

O trecho citado acima destaca como a realidade do ensino remoto descortinou questões sociais profundas existentes no ambiente escolar, revelando que as formas de ensino e aprendizagens são comprometidas pelas especificidades econômicas regionais. Pois os processos de ensino e aprendizagem remota acontecem de maneira desigual entre elas, a saber, a inclusão deficitária dos estudantes das áreas rurais às formas de acesso aos conteúdos digitais, uma realidade que já vinha colocando em desvantagem os estudantes que convivem com essas questões de exclusão social e digital.

Na esperança de driblar parte desse processo de inclusão deficitária, escolas da Região Norte recorreram com mais frequência ao uso de materiais impressos e livros didáticos, conforme revelam os dados abaixo:

Entre as regiões do país, os usuários da Região Norte foram os que mais reportaram o acompanhamento das aulas ou atividades por meio de materiais impressos (37%) e de transmissões em canal de televisão (21%) e os que reportaram em menor proporção o uso de aplicativos da escola, universidade ou da Secretaria de Educação (44%) e de site, rede social ou plataforma de videoconferência (52%). A entrega de livros e apostilas pelas Secretarias de Educação foi uma das estratégias adotadas para que os estudantes, especialmente aqueles das camadas mais vulneráveis da população, sem acesso a dispositivos e redes, tivessem acesso a materiais didáticos e atividades educacionais durante a pandemia. (CETIC, 2020, p. 11).

Como está enfatizado na citação acima, as escolas da Região Norte do Brasil mantiveram as atividades remotas, porém, essas escolas precisaram usar em maior percentual de uso dos materiais impressos, com acompanhamento pela televisão, para seus alunos estudarem em suas casas, e, em relação às demais regiões, o Norte apresentou menores percentuais para formas de comunicação de estudos com uso da *internet*. Considerando a má qualidade dos sinais de *internet* que atendem a região, o acompanhamento das dinâmicas de aulas diretamente com o professor fica comprometido, deixando estes alunos limitados ao uso da televisão, sem a reciprocidade devida para trabalhar didaticamente suas dúvidas em relação ao conteúdo das disciplinas,



dificuldades que provocaram desconforto tanto em professores, como nos pais, e principalmente nos alunos.

Em pesquisa de campo digital (DESLANDES; COUTINHO, 2020), conversei com estudantes do Ensino Médio da Escola Dr. Pádua Costa, via telefonemas e redes sociais, e interroguei pais e alunos sobre suas dificuldades em relação às aulas remotas. Esses dados qualitativos destacaram algumas das principais dificuldades, a saber: “A maior dificuldade é não ter um professor para explicar”, nesta afirmação, o estudante considera a importância do diálogo professor-aluno no processo de construção do conhecimento. Outro aluno do Ensino Médio destacou que “pela parte de estudar em casa é legal, a gente tem tempo de sobra, concentração, mas com a presença do professor ou da professora tudo fica mais fácil”. Uma aluna do segundo ano do Ensino Médio respondeu no grupo de estudo digital que a experiência de estudo remoto tem sido “diferente e difícil”, pois segundo ela, o fato de não ter uma *internet* de qualidade, ela não pode dialogar com os professores em tempo real, então fica com muitas dúvidas, e “se tivesse ajuda de ferramentas que pudessem complementar o estudo, estaria melhorando o entendimento”. Segundo ela, na sua residência não tem acesso à *internet*, então precisa de deslocar até certo local onde consegue acessar a plataforma de estudo, mas não consegue conversar com os professores, pois as mensagens ficam confusas no aparelho celular. Assim, conforme os relatos, somando os dados mencionados pelas instituições de pesquisa, os alunos da rede pública de ensino, principalmente os que residem em áreas distantes dos centros urbanos, convivendo com a inclusão deficitária em políticas sociais, são os mais afetados pelo distanciamento em relação às formas de ensino desenvolvidas para este contexto de pandemia.

Observa-se que os fatores que cooperam para essa realidade educacional são, principalmente de ordem política e socioeconômica, pois a ausência de políticas sociais efetivas que atendam aos estudantes e suas famílias, cooperam para a situação de desvantagem na corrida por uma formação educacional que possa lhe oportunizar melhoria na qualidade de vida, colaborando para o acirramento das limitações em concretizar um ensino de história efetivamente cidadão e democrático. Essas informações de pesquisa destacam a necessidade de participação mais efetiva da sociedade em geral, e do Estado na construção de ações que atendem devidamente as necessidades básicas das



populações rurais em todas as regiões do Brasil, cooperando para que seja garantido o direito de acesso à educação de qualidade.

02. Considerações finais:

Ao dialogar com especificidades da prática docente em ensino de história no cenário da pandemia, verificou-se a importância do protagonismo do professor pesquisador em história, que por meios de observações e pesquisas em seu espaço de trabalho, contribui para descortinar o cenário da exclusão social e digital em que se encontram muitos estudantes do ensino médio de áreas rurais e periféricas, como revelam este e outros estudos no interior do Estado do Pará (COELHO; COELHO, 2016).

Conforme revelam as pesquisas das professoras Wilma Coelho (2016; 2019) e Antônia Brioso (2018), no contexto de escolas públicas de áreas rurais e periféricas do Estado do Pará, existe a necessidade de pensar a prática cotidiana de ensino, principalmente diante das necessidades impostas pelos contextos da pandemia, quando os processos de ensino e aprendizagem estão exigindo cada vez mais a modernização de tais práticas. Assim, buscar desenvolver metodologias de ensino aplicáveis a este contexto, tem se tornado rotina na vida dos professores, em especial de história. Foi necessário buscar novos conhecimentos na área tecnológica para desenvolver *sites*, *blogs*, gravar vídeo aulas, entre outras formas de fazer chegar o conhecimento até os lares dos estudantes.

Observou-se que as estratégias de ensino remoto aplicadas neste contexto de pandemia, têm sido esforço de professores movidos pelo compromisso de colaborar com a continuidade da formação educacional de estudantes, principalmente daqueles que buscam na educação uma forma de melhoria de sua qualidade de vida. Porém, as formas de acesso ao conhecimento, em especial ao conhecimento histórico, usadas por estudantes do ensino médio da rede pública, ainda são bastante deficitárias, principalmente em áreas rurais e periféricas, como revelam as pesquisas nesse campo de estudo. Nessas áreas, as realidades educacionais são múltiplas, e muitos estudantes estão ficando de fora do



processo de ensino e aprendizagem que estão acontecendo nas plataformas virtuais, eis, portanto o título deste artigo fazer alusão ao chamado dos estudantes que aguardam a chegada apenas de caderno impressos, sem obter respostas às suas dúvidas. Enquanto as aulas são ministradas nos ambientes digitais para um público reduzido, outros alunos permanecem a questionar “E eu, professor?!”.

O acirramento das limitações em concretizar um ensino de história efetivamente cidadão e democrático (em especial no contexto da pandemia, cujos reflexos se apresentaram de forma desigual entre as populações do Brasil), colabora para a exclusão social das populações amazônicas, em diversos sentidos. Ao identificar dados sobre a situação de vulnerabilidade social em que se encontram estudantes de comunidades rurais, ribeirinhas e periféricas, recomenda-se que os sistemas de ensino e as políticas sociais colaborem para ampliação do acesso e conclusão da formação escolar básica e superior dessas populações, fator de fundamental importância para alavancando a linha de desenvolvimento sustentável na região, assim, recomenda-se que as instituições de ensino e pesquisa aproximem suas bases com oportunidades de acesso para estudantes oriundos da Amazônia.

Conforme a Constituição Federal de 1988⁷, o ensino deve ser cidadão e democrático, porém, como foi evidenciado nesta pesquisa, o contexto da pandemia ampliou barreiras que dificultam o acesso ao ensino e aprendizagem para determinadas comunidades rurais e periféricas. Ao levar processos de ensino e aprendizagens para o contexto das vivências familiares, tornou-se impossível manter a invisibilidade nos programas de ensino, quanto as dificuldades socioeconômicas das famílias, somando-se a ausência de políticas sociais necessárias neste momento, fato que agravou o quadro de exclusão social e digital (ou inclusão deficitária), de muitos estudantes, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem de jovens estudantes. Esses fatores se destacam colaborando para a ineficácia do ensino remoto nas regiões do Brasil, frustrando os sonhos de muitos pais e estudantes.

⁷ O Art. 205: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.* (BRASIL, 1988).



03.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Informativa Nº 17/2020**. SE/GAB/SE/MS, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/08/covid-05mar2021-11h37.pdf> . Acesso em: 27/04/2021.

_____. Ministério da Saúde. **Recomendação Nº 061, de 03 de Setembro de 2020**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1355-recomendac-a-on-061-de-03-de-setembro-de-2020>. Acesso em 21/03/2021.

_____. Secretaria - Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 14.038, de 17 de Agosto de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14038.htm. Acesso em: 25/04/2021.

_____. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. 1988. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf . Acesso em: 35/04/2021.

BRIOSO, Antônia Maria Rodrigues. **Projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira da EA-UFFPA: Uma didática da História em Interface com a Pedagogia Decolonial**. Dissertação de Mestrado em Ensino de História (PRPOFHISTÓRIA). Campus Universitário de Ananindeua- Universidade Federal do Pará, 2018. 151 f.

CASTRO, Edna. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC/BR). **Painel TIC- Covid-19: Pesquisa sobre o uso da Internet no Brasil durante o contexto da pandemia do novo coronavírus**. 3ª Edição, Ensino Remoto e Teletrabalho: Novembro/2020. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20201104182616/painel_tic_covid19_3edicao_livro%20e%20letr%C3%B4nico.pdf. Acesso em: 26/03/2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. **Preconceito e Discriminação para Além da Sala de Aula: sociabilidades e cultura juvenil no ambiente escolar**. In.: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MÜLLER, Tânia Maria



Pedroso; SILVA, Carlos Ademir Farias da. (Org.). Formação de Professores, livro didático e Escola Básica. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

_____; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. **Sociabilidade e discriminação entre grupos de adolescentes-juvenis no Ensino Médio**. Educação Unisinos – v.23, n. 2, abril-junho 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2019.232.02/60746955>. Acesso em 21/03/2020.

DESLANDES, Suely ; COUTINHO, Tiago Coutinho. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. Cad. Saúde Pública 2020; 36(11):e00223120. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/hz9h4Fm4mdrvnZwTfKRpRNq/?lang=pt&format=pdf> (Acesso em 20/05/21).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Rio de Janeiro: IBGE: 2019. Acesso em: 26/03/2021.

_____. **Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 24/03/2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>. Acesso em: 24/03/2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade : sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Portos de Memórias: Cotidiano, Trabalho e História no Marajó das Florestas**. Revista Movendo Ideias ISSN: 1517-199x Vol. 15, Nº 1 - janeiro a junho de 2010. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/552/225>. Acesso em 15/05/2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Formação do professor de história no Brasil: embates e dilaceramentos em tempos de desassossego**. Educação | Santa Maria | v. 40 | n. 3 | p. 517-528 | set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/18206/pdf>. Acesso em: 19/03/2021.



SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo. Scipione, 2004

SCHNEIDER, Gabriela; FRANTZ, Maíra Gallotti; ALVES, Thiago. **Infraestrutura das escolas Públicas no Brasil: Desigualdades e Desafios para o financiamento da Educação Básica**. Revista Educação Básica em Foco, v.1, n.3, outubro a dezembro de 2020. Disponível em: https://educacaobasicaemfoco.net.br/02/Artigos/Infraestrutura_das_escolas_publicas_no_brasil_SCHNEIDER-Gabriela_FRANTZ-Maira-Gallotti_ALVES-Thiago.pdf. Acesso em 21/05/2021.

VALENTE, Jonas. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa**. Brasília: Agência Brasil – EBC. Publicado em: 26/05/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa#>. Acesso em 26/03/2021.

VENTURINI, Anna Carolina; LIMA, Marcia; SOUSA, Caio Jardim; BERTOLOZZI, Thayla Bicalho. **As desigualdades educacionais e a covid-19**. Informativo Desigualdades raciais e Covid-19, novembro/03. SEBRAP/ Biblioteca Virtual, 2020. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdades-educacionais-e-a-covid-19-.pdf>. Acesso em: 21/03/2021.